



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Gabinete Civil da Governadoria
Superintendência de Legislação.

LEI Nº 9.967, DE 14 DE JANEIRO DE 1986.

- Revogada pela Lei nº 12.608, de 17-04-1995, art. 4º.

~~Dispõe sobre a criação da Companhia de Polícia Militar Feminina do Estado de Goiás e dá outras providências.~~

~~A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS decreta e eu sanciono a seguinte lei:-~~

~~Art. 1º—Fica criada, na Polícia Militar do Estado de Goiás, de conformidade com o art. 5º do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, a COMPANHIA DE POLÍCIA MILITAR FEMININA—CIA PM FEM, para o emprego nas missões de Polícia Militar, compatíveis com as características da mulher, especialmente nas atividades de trato com os menores infratores, ou abandonados ou com mulheres envolvidas em infrações penais.~~

~~- Redação dada pela Lei nº 10.201, de 29-06-1987, art. 2º.~~

~~Art. 1º—Fica criada, na Polícia Militar do Goiás, de conformidade com o art. 5º do Decreto—Lei 667, de 2 de julho de 1969, a COMPANHIA DE POLÍCIA MILITAR FEMININA—CIA PM FEM, para emprego exclusivamente na atividade—fim da Corporação, executando missões compatíveis com as características próprias da mulher, especialmente as atividades para a efetivação no trato com menores infratores ou abandonados ou com mulheres envolvidas em infrações penais.~~

~~Parágrafo único—O emprego do efetivo da CIA PM FEM na atividade meio da Corporação não poderá ultrapassar 12% (doze por cento) do seu total.~~

~~- Acrescido pela Lei nº 10.201, de 29-06-1987, art. 2º.~~

~~Art. 2º—O efetivo necessário à Companhia de Polícia Militar Feminina será incluído na Corporação mediante concurso de admissão e matrícula nos cursos de formação, segundo os critérios estabelecidos para a seleção e matrícula do pessoal masculino, com as adaptações necessárias à natureza do pessoal feminino.~~

~~Art. 3º—O Comandante—Geral da Polícia Militar baixará os atos necessários à implantação da Organização Policial—Militar ora criada, consoante as disponibilidades de instalações, de material e de pessoal.~~

~~Parágrafo único—Enquanto não houver oficiais e graduados policiais militares femininos, as funções correspondentes serão desempenhadas por policiais—militares do sexo masculino, podendo a função de Comandante da Companhia de Polícia Militar Feminina ser provida por Capitão PM do QOPM.~~

~~Art. 4º—Os uniformes, equipamentos e armamentos das policiais militares femininas serão estabelecidos em regulamento proposto pelo Comandante—Geral e aprovado pelo Chefe do Poder Executivo, ouvido o Estado-Maior do Exército.~~

~~Art. 5º—Competirá ao Chefe do Poder Executivo, observados os limites do efetivo fixado em lei, estabelecer os Quadros de Organização da Companhia de Polícia Militar Feminina, ouvido o Estado—Maior do Exército.~~

~~Art. 6º—A situação das policiais—militares femininas será regulada por lei específica, quando ocorrer convocação prevista em lei federal.~~

~~Art. 7º Os arts. 33 e 44 da Lei nº 8.125, de 18 de junho de 1976, passam a vigorar com as seguintes alterações:-~~

~~"Art. 33 _____~~

~~_____~~

~~u) Companhia de Polícia Militar Feminina 9 Cia PM Fem);~~

~~Art. 44 _____~~

~~+ _____~~

~~a) _____~~

~~1 _____~~

~~2 _____~~

~~2.1. Oficiais Médicos;~~

~~2.2. Oficiais Dentistas;~~

~~3. Quadro de Oficiais Especialistas (QOE);~~

~~4. Quadro de Oficiais Auxiliares (QOA);~~

~~5. Quadro de Oficiais de Polícia Militar Feminina (QOPM-Fem):-~~

~~b)~~

~~1—Policiais—Militares;~~

~~2—Bombeiros—Militares;~~

~~3—Policiais—Militares-Femininas-~~

~~....."~~

~~Art. 8º Os arts. 1º e 2º da Lei nº 9.596, de 10 de dezembro de 1984, passam a vigorar com as seguintes modificações:-~~

~~- Revogada pela Lei nº 10.330, de 07-12-1987, art. 6º.~~

~~"Art. 1º O efetivo da Polícia Militar do Estado de Goiás é fixado em 9.778 (nove mil, setecentos e setenta e oito) policiais militares-~~

~~Art. 2º~~

~~I—QUADRO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES (QOPM):-~~

~~- Alterada pela Lei nº 10.330, de 07-12-1987, art. 2º.~~

—Coronel-PM	11
—Tenente-Coronel-PM	27
—Major-PM	42
—Capitão-PM	99
—1º Tenente-PM	106
—2º Tenente-PM	124

~~.....~~

~~IV—QUADRO DE OFICIAIS AUXILIARES (QOA):-~~

~~- Alterada pela Lei nº 10.330, de 07-12-1987, art. 2º.~~

—Capitão-PM	8
—1º Tenente-PM	25
—2º Tenente-PM	25

~~V—QUADRO DE OFICIAIS DE POLÍCIA MILITAR FEMININA (QOPM-Fem):-~~

~~- Alterada pela Lei nº 10.330, de 07-12-1987, art. 2º.~~

—Capitão-PM	1
—1º Tenente-PM	1
—2º Tenente-PM	5

~~VI—QUADRO DE PRAÇAS POLICIAIS—MILITARES (QPPM):-~~

~~- Alterada pela Lei nº 10.330, de 07-12-1987, art. 2º.~~

—Subtenente-PM	109
—1º Sargento-PM	179
—2º Sargento-PM	328
—3º Sargento-PM	919
—Cabo-PM	1.280
—Soldado-PM	6.004

~~VII—QUADRO DE PRAÇAS ESPECIALISTAS (QPE):-~~

~~- Alterada pela Lei nº 10.330, de 07-12-1987, art. 2º.~~

~~a) Comunicações:-~~

—Subtenente-PM	15
—1º Sargento-PM	28
—2º Sargento-PM	37
—3º Sargento-PM	14

~~VIII—QUADRO DE PRAÇAS POLICIAIS—MILITARES FEMININAS (QPPM-Fem):-~~

~~- Alterada pela Lei nº 10.330, de 07-12-1987, art. 2º.~~

—Subtenente-PM-Fem	1
—1º Sargento-PM-Fem	1
—2º Sargento-PM-Fem	4

—3º Sargento PM Fem	13
—Cabo PM Fem	14
—Soldado PM Fem	112

~~Art. 9º—Os arts. 48 e 58 da Lei nº 8.225, de 25 de abril de 1977, passam a vigorar com a seguinte redação:—~~

~~"Art. 48—.....~~

~~.....~~

~~§ 6º—Verificando-se a movimentação do policial—militar casado com a policial—militar, por interesse do serviço, os direitos a transportes, compreendidos neste artigo, serão concedidos apenas ao de maior posto ou graduação.~~

~~Art. 58—.....~~

~~.....~~

~~§ 1º—Ocorrendo casamento entre o policial—militar e a policial—militar, a indenização de moradia será concedida apenas a um deles, a livre escolha do casal.~~

~~§ 2º—Suspende-se, temporariamente, o direito do policial—militar à indenização de moradia, enquanto se encontrar em uma das situações previstas no art. 7º desta lei."~~

~~Art. 10—Os arts. 10, 64, 128 e 129 da Lei nº 8.033, de 2 de dezembro de 1975, passam a vigorar com a seguinte redação:—~~

~~"Art. 10—O ingresso na Polícia Militar é facultado a todos os brasileiros, sem distinção de raça, sexo ou crença religiosa, mediante inclusão, matrícula ou nomeação, observadas as condições prescritas em Lei e nos regulamentos da Corporação.~~

~~Art. 64—.....~~

~~.....~~

~~V—à gestante e à casada, nas condições e limitações impostas na legislação e regulamentação específica.—~~

~~Art. 128—.....~~

~~.....~~

~~§ 3º—O casamento da Polícia—Militar da ativa somente poderá ocorrer após 2 (dois) anos de efetivo serviço prestado à Corporação.~~

~~Art. 129—Os Alunos—Oficiais PM e as demais Praças que contraírem matrimônio em desacordo com o disposto nos parágrafos 1º e 3º do artigo anterior serão licenciados "ex officio" sem direito a qualquer remuneração."~~

~~Art. 11—O período de duração, os programas e currículos a serem observados nos cursos de formação e aperfeiçoamento e nos estágios complementares para as policiais—militares serão regulados através de diretrizes baixadas pelo Comandante—Geral da Polícia Militar, ouvido o Estado—Maior do Exército.~~

~~Art. 12—Os dispositivos em vigor na Corporação são aplicáveis, naquilo que couber, à Companhia de Polícia Militar Feminina e às policiais—militares femininas.~~

~~Parágrafo único—As missões, condições de ingresso, direito e deveres, movimentação, uniforme, armamentos e outros aspectos da legislação peculiar à Corporação, não aplicáveis à policial—militar, serão objetos de regulamentos específicos, baixados pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, ouvido o Chefe de Estado—Maior do Exército.~~

~~Art. 13—Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.—~~

~~PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 14 de janeiro de 1986, 98ª da República.~~

IRIS REZENDE MACHADO
Frederico Jayme Filho

(D.O. de 21-01-1986)

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 21.01.1986.

Órgãos Relacionados	Assembleia Legislativa do Estado de Goiás - ALEGO Corpo de Bombeiros - BOMBEIROS Poder Executivo Poder Legislativo Polícia Militar - PM Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP
Categoria	Polícia Militar